

Estudo Técnico Preliminar 47/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.016235/2024-06

2. Descrição da necessidade

Vigilância Santa Catarina - Campus Chapecó

a. Descrição da necessidade administrativa: Trata-se de estudos preliminares referente à contratação, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, de empresa especializada para a prestação dos serviços continuados de vigilância com dedicação exclusiva de mão de obra, com postos de vigilância armada e desarmada, motorizada e não motorizada e fornecimento de sistemas eletrônicos de vigilância com monitoramento, a serem executados no Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, no Estado de Santa Catarina.

2.1 Os serviços de vigilância e segurança têm natureza contínua, necessários ao desempenho das atribuições da Instituição, cuja interrupção causa ou compromete a continuidade de suas atividades e cuja contratação deverá estender-se por mais de um exercício financeiro.

2.2 A contratação dos serviços de vigilância patrimonial visa suprir a lacuna deixada pela Lei nº 9.632, de 07.05.1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dentre eles o de Agente de Vigilância.

2.3 A Universidade Federal da Fronteira Sul não dispõe em seu Quadro de Pessoal de servidores pertencentes à categoria Agente de Vigilância, cujos trabalhos compreendem todas as atividades e obrigações descritas neste instrumento.

2.4 A demanda ocorre da necessidade de alocar o serviço de vigilância para as áreas de atendimento, salas de aula, áreas administrativas, entradas dos prédios, estacionamentos, áreas experimentais e laboratórios sob a responsabilidade da UFFS.

2.5 A quantidade de postos a serem contratados foi apurada considerando a extensão e particularidades do Campus Chapecó/SC, bem como a legislação vigente, a saber: IN nº 5/2017-MPOG/SEGES e suas alterações.

2.6 A licitação deverá ser realizada por grupo único. Considerando que a autorização para funcionamento das empresas que atuam na área de segurança e vigilância privada é concedida por estado, pelo Departamento de Polícia Federal, conforme a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983 e Portaria nº 3.233, de 10 de dezembro de 2012, a licitação por grupo único permitirá que as empresas interessadas participem de acordo com a autorização que possuem. O objeto será licitado por grupo visando a unicidade e a efetividade dos serviços e da comunicação das informações nas trocas de turno.

2.7 Em estudos realizados pela instituição, foi concluído pela necessidade de contratação de postos de vigilância armada no período noturno, quando há pouca ou nenhuma movimentação de pessoas na instituição. Esta demanda decorre da necessidade de proporcionar maior segurança ao patrimônio público no período em que se encontra mais vulnerável a roubos e furtos.

2.8 Devido à extensão territorial do Campus Chapecó, faz-se necessário o atendimento com vigilância motorizada (com motocicletas) para otimizar a utilização dos vigilantes. Com a ronda motorizada e o sistema eletrônico de controle de rondas cada vigilante poderá vigiar uma área maior, deslocando-se com facilidade quando houver necessidade.

2.9 O dimensionamento da área total a ser atendida, a análise dos pontos vulneráveis e o fluxo diário de pessoas que transitam pela UFFS foram os parâmetros utilizados para a determinação dos quantitativos de postos de vigilância a contratar. Ainda, há de se considerar que a recessão da atual economia nacional e os recursos financeiros repassados às Instituições de Ensino Superior, obrigam a Administração a trabalhar com a quantidade mínima possível de postos de vigilância, já que os espaços e áreas a serem resguardadas são grandes e neste momento, serão priorizados os locais mais críticos.

2.10. A equipe de planejamento da contratação realizou os estudos preliminares levando também em consideração a implantação do sistema de videomonitoramento no Campus Chapecó/SC (Pregão Eletrônico nº 15/2019, Contrato nº 33/2019) e nos Campi de Erechim/SC e Passo Fundo/RS (Pregão Eletrônico nº 16/2020, Contrato nº 28/2020). A partir destas contratações, foi possível perceber o funcionamento da solução comparado a eficácia da atual forma de vigilância e mapeados os pontos estratégicos de monitoramento por câmeras.

2.11. O levantamento das necessidades institucionais incluiu também a demanda de instalação de fechaduras eletrônicas-automatizadas/controladores de acesso para alguns ambientes que possuem a necessidade de controle de entrada e saída de pessoas autorizadas, como laboratórios, sala com servidores de dados (TI), patrimônio, etc. Assim, foram especificadas as descrições técnicas do equipamento considerado como adequado, bem como levantado o quantitativo a ser instalado em cada Campus. No entanto, ao realizar consulta técnica à Secretaria Especial de Obras (SEO) da UFFS, a equipe de planejamento se deparou com algumas exigências técnicas de segurança que obrigam a adequação de projetos de engenharia/arquitetônicos, que impactam diretamente nos sistemas preventivos contra incêndio e pânico nas edificações, e que com isso exigem também novo licenciamento junto aos órgãos competentes. Assim, os quantitativos do equipamento denominado "Kit controle de acesso entrada / Kit controle de acesso entrada e saída" foram zerados na planilha de custos e formação de preços desta licitação, porém mantida a especificação técnica e o item na planilha, para que em momento futuro e após realizadas as adequações necessárias que atendam às legislações vigentes, a instalação do equipamento possa ser reavaliada junto aos setores competentes internos e externos e realizada mediante atendimento dos requisitos de segurança necessários.

a1. Origem da demanda: A demanda tem origem em decorrência da vigência final do contrato atual nº 33/2019, com encerramento em 27/08/2024, oriundo do Pregão Eletrônico nº 15/2019, processo administrativo nº 23205.001068/2019-23.

a2. A prestação dos serviços desta contratação deverá iniciar em 28/10/2024.

a3. Prejuízo institucional pelo não atendimento da demanda: O não atendimento da demanda acarretará prejuízos à continuidade das atividades administrativas e acadêmicas, dado que os serviços de vigilância e segurança são de natureza contínua, essenciais para o cumprimento das responsabilidades da instituição. A contratação deve ser planejada para abranger mais de um exercício financeiro, visando proteger o patrimônio e a comunidade acadêmica que circula diariamente pelas dependências da UFFS. Contratar uma solução para segurança predial é uma medida imprescindível para preservar o patrimônio da UFFS, buscando assegurar a proteção das instalações e equipamentos públicos, além de prevenir atividades criminosas e garantir a integridade dos bens do Estado e da comunidade acadêmica. Adicionalmente, considerando as práticas experimentais de pesquisa, quaisquer danos ocorridos podem ter consequências irreparáveis.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---------------------------------|------------------------|
| Campus Chapecó/SC | Adriana Remião Luzardo |
| Superintendência Administrativa | Anni Kellen Cunico |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem:

4.1. Os requisitos necessários para o atendimento da necessidade são os dispostos no Termo de Referência;

4.2. Os serviços de vigilância e segurança têm natureza contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra necessários ao desempenho das atribuições da Instituição, cuja interrupção causa e/ou compromete a continuidade de suas atividades e cuja contratação deverá estender-se por mais de um exercício financeiro.

4.3. O prazo de vigência inicial do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, com base nos artigos 107 e 108 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Soluções de mercado: trata-se de serviço terceirizado, onde diversas empresas concorrem na prestação destes serviços. As exigências para habilitação estão descritas no Termo de Referência, todavia, não excedem as características desta prestação de serviços. Foram seguidos os critérios dispostos nos Cadernos Técnicos do Estado, para contratação de serviços de vigilância no âmbito da União, bem como os dispostos na IN nº 05/2017-MPOG/SEGES, na Lei nº 14.133/2021 e suas atualizações.

4.5. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, enquadram-se no código 5173-30 para os postos de vigilância.

4.6. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, conforme Edital e Termo de Referência.

4.7. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência e no Contrato assinado entre as partes.

Garantia da contratação

4.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.9. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.10. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Subcontratação

4.12. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.12.1. É vedada a subcontratação completa do objeto da contratação.

4.12.2. A subcontratação fica limitada a prestação do serviço inicial de instalação dos equipamentos e da infraestrutura necessária para atender os requisitos da vigilância eletrônica, correspondendo ao percentual de até 20% (vinte por cento) do valor dos itens 01 e 06. Neste caso, a Contratada deverá repassar à UFFS as informações quanto à empresa subcontratada (nome, responsável legal, e-mail e telefone) e seus profissionais (nomes e quantitativo), em acordo com o art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

Definições

4.13. Considerando outros contratos vigentes da UFFS com objeto similar, após análises da Equipe de Planejamento, optou-se por manter as seguintes definições para esta contratação:

1. A UFFS não utilizará a infraestrutura própria para a realização dos serviços de monitoramento e exigirá da contratada a instalação da infraestrutura elétrica e lógica necessária: Esta decisão se deve ao fato de que atualmente a UFFS disponibiliza de alguma infraestrutura pré-instalada que seria insuficiente para atender a solução de monitoramento como um todo. O sistema ficaria híbrido, sendo uma parte da UFFS e outra da Contratada, o que de fato no momento da execução contratual poderia causar muitos transtornos, até que se identifique onde ocorreram as falhas e de quem efetivamente seria a responsabilidade. Além disso, permitir que um terceiro tenha acesso e possa interagir com a rede de dados da UFFS torna a segurança das informações muito mais vulnerável, o que não pode ser admitida em termo de segurança das informações institucionais. Dessa forma, optou-se que a empresa Contratada, ficará responsável pela construção de uma rede independente, sendo esta de responsabilidade integral da contratada, tanto na questão de investimento inicial, quanto na manutenção da referida infraestrutura. Ressalta-se que no Campus Chapecó/SC a maior parte desta infraestrutura independente já foi instalada pela Contratada anterior, no entanto, deverá ser observado pela licitante quais itens carecem de manutenção ou readequação para atender todas as demandas desta contratação.

2. Ausência de Projeto Básico de Obras para a Licitação: A opção mais adequada para a realidade institucional que será levada para a licitação, será de que a UFFS informará as empresas interessadas no certame, as exigências mínimas acerca dos serviços de monitoramento eletrônico, fornecimento de imagens e cancelas, assim como a localização prevista para estes equipamentos e, diante destas informações as mesmas poderão ter acesso aos espaços da UFFS para conhecimento da infraestrutura e a possibilidade de elaboração de uma proposta baseada nestes dados. Em função de não dispomos na UFFS um corpo técnico necessário para a elaboração de um projeto desta dimensão e, que os técnicos e engenheiros que atualmente fazem parte da Secretaria Especial de Obras (SEO) não dispõe de tempo e nem do conhecimento suficiente para a elaboração deste projeto, será exigido que a empresa Contratada, antes do início da execução da infraestrutura, apresente um projeto indicando a infraestrutura que será criada e implementada na UFFS, a partir do detalhamento dos equipamentos necessários, conforme documento em anexo. Este projeto passará por análise da UFFS para que na sequência a empresa possa executá-lo. Os valores referenciais de mercado para este serviço será orçado junto as empresas que atualmente estão presentes no mercado e que poderão, por meio de informações básicas, elaborar a proposta de preços que será levada à licitação.

4.14. DA TECNOLOGIA

4.14.1. Com a necessidade de implantação de um monitoramento eficiente, a adoção de solução de videomonitoramento baseado

em tecnologia IP é a adequada por apresentar recursos variados de segurança das informações, escalabilidade, integração, facilidades de pesquisa de eventos e funções.

4.14.2. Características como flexibilidade, escalabilidade e custo-benefício, entre outros motivos, foram fatores decisivos nessa opção.

4.14.3. As câmeras IP oferecem sistema de detector de movimento, onde a câmera decide, quando enviar um vídeo, em quantos frames e em qual resolução, e quando alertar um operador para monitorar ou executar alguma ação.

4.14.4. A câmera IP deve fornecer imagens com mais detalhes e possibilidades que as soluções analógicas, por exemplo, e podem capturar grandes áreas, podendo inclusive, desempenhar funções como inclinação e zoom.

4.14.5. A tecnologia IP permite atuar em comunicações seguras, criptografando as imagens que serão enviadas pela rede, garantindo que apenas as pessoas habilitadas visualizem as imagens.

4.14.6. No padrão IP, deve ser disponibilizado a funcionalidade denominada Power Over Ethernet (PoE) obtendo grande economia de energia, pois o próprio cabeamento de rede é responsável pela energização das câmeras.

4.14.7. As câmeras que seguem tecnologia IP também são chamadas de câmeras de rede, combinando câmera e computador e software conferindo tecnologia digital ao trabalho de monitoramento;

4.14.8. Ademais, com o objetivo de atender à demanda de modernização dos sistemas de segurança da UFFS, e visando aprimorar e prover segurança com a utilização de equipamentos e softwares integrados, pretende-se:

- Possibilitar o monitoramento dos diversos edifícios, pertencentes à Universidade, estacionamentos, anexos, áreas perimetrais e demais áreas externas em um único ponto centralizado, facilitando a tomada de decisões, auxiliando a administração predial e demais controles, efetivando a segurança;
- Permitir informações em tempo real, garantindo maior segurança, fiscalização e eficácia na tomada de decisões;
- Inibir invasões, assaltos, furtos, outros delitos e registrar fatos ocorridos, também será utilizado para controlar e visualizar o perímetro de toda a edificação e áreas adjacentes, realizando um monitoramento online da circulação de pessoas nas dependências internas das unidades isoladas sob responsabilidade da UFFS, elevando o nível de segurança.
- Prover segurança e facilidade de acesso às imagens geradas pelo sistema, com condições de buscas precisas e objetivas;
- Garantir cobertura de monitoramento de áreas perimetrais, impedindo invasões, principalmente em datas e horários de menor fluxo de pessoas.

4.15. DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS POR LOCAÇÃO

4.15.1. Todos os equipamentos e materiais necessários para a prestação dos serviços de monitoramento eletrônico serão fornecidos em regime de locação e instalados pela Contratada e deverão estar certificados pela ANATEL.

4.15.2. O prazo da locação coincidirá com a vigência do contrato de prestação de serviços de monitoramento eletrônico e vigilância orgânica.

4.15.3. Findada a vigência do contrato, ou em caso de rescisão antecipada, os equipamentos (hardwares de monitoramento e as câmeras) cedidos em locação deverão ser desinstalados e recolhidos pela Contratada em até 15 (quinze) dias, sem qualquer ônus adicional para a Contratante. Todavia, a UFFS ficará com toda a infraestrutura instalada (cabeamento, canaletas, pontos de rede), sem ônus;

4.15.4. A Contratante deverá conservar os equipamentos, não podendo usá-los senão de acordo com o contrato ou a natureza deles, sob pena, de responder por perdas e danos.

4.15.5. A Contratante fornecerá energia elétrica para funcionamento dos equipamentos instalados nas respectivas Unidades, no entanto, deverá ser observado pela Contratada que em determinados pontos para a fixação das câmeras não há disponibilidade de pontos de energia. Estes pontos deverão ser disponibilizados pela Contratada, preferencialmente por meio de painéis solares;

4.15.6. A Contratante disponibilizará equipamentos ou qualquer outro material necessário, que julgar pertinente, mediante Termo de Cessão de Uso da instituição;

4.15.7. A Contratante não disponibilizará nenhum ponto de rede para instalação das câmeras, todos os pontos deverão ser providenciados pela Contratada;

4.15.8. A Contratante disponibilizará espaço específico no Campus para alocação dos equipamentos de gravação e monitoramento.

Qualificação da Contratada

4.16. As qualificações da Contratada estão previstas no Termo de Referência. Os requisitos exigidos se justificam por ser uma contratação de grande vulto, visam manter a qualidade mínima esperada, verificam se a licitante possui viabilidade financeira de executar o contrato já que trata de serviço sensível de segurança da UFFS, bem como atende aos normativos legais que regulam a atividade. Isto exposto, deverá ser comprovado:

4.16.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

4.16.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.16.3. Comprovação de regularidade da empresa licitante e seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da sua região, através de certidão de registro de pessoa jurídica, dentro da validade, na forma da Lei no 5.194/66 em atendimento à Resolução do CONFEA no 413 (27/06/1997), Resolução no 266 (15/12/79) e Resolução no 1.007 (05/12/2003). A licitante deverá possuir profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro). A contratação do responsável técnico deve ser comprovada por meio da apresentação de cópia autenticada da CTPS, OU do

contrato social em caso de acionista/sócios, E/OU de contrato de trabalho.

4.16.4. A comprovação do item acima, refere-se aos serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica, considerados estes serviços de engenharia, assim deverá a licitante estar registrada no CREA e possuir profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado, conforme item 9.1. do Anexo VI-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

4.16.4. Os serviços supracitados podem ser objeto de subcontratação, neste caso a licitante deverá apresentar os documentos de habilitação exigidos em Edital da empresa subcontratada.

4.16.5. Autorização para funcionamento das empresas que atuam na área de segurança e vigilância privada e eletrônica concedida pelo Departamento de Polícia Federal, nos termos da Lei nº. 7.102, de 20 de junho de 1983, Decreto no. 89.056, de 24 de novembro de 1983 e Portaria no. 3.233, de 10 de dezembro de 2012.

4.16.6. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.16.7. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Vigilância Eletrônica

4.16.7.1. Atestado(s) de capacidade técnica profissional, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o profissional acompanhou execução de objeto de natureza semelhante ao da licitação, sem qualquer restrição na qualidade dos materiais, serviços, bem como nas condições comerciais, devendo conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestante(s), ou qualquer outra forma de que a Universidade Federal da Fronteira Sul possa valer-se para manter contato com a(s) empresa(s) declarante(s), acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT) do(s) profissional(is) que se responsabilizaram pela execução dos serviços, emitidas pelo CREA da região em que foram realizados, comprovando obrigatoriamente, os seguintes quesitos, em um mesmo atestado ou na somatória de atestados:

a) Execução de serviços de infraestrutura física, incluindo rede subterrânea ou rede aérea;

b) Instalação e configuração de equipamentos para sala de gravação, contendo pelo menos uma central de controle e estação de monitoramento;

c) Instalação e configuração inicial de no mínimo 50 (cinquenta) câmeras IP's.

4.16.7.2. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Postos de Vigilantes

4.16.7.3. Comprovação de quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

Qualificação Econômico-Financeira

4.17. Os requisitos de Qualificação Econômico-Financeira deverão seguir os indicados pela AGU para as contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme segue:

4.17.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

4.17.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

4.17.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

4.17.3.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

4.17.3.2 capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

4.17.3.3 patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

4.17.3.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

4.17.3.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

4.17.3.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

4.17.4. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

4.17.4.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

4.17.4.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

4.17.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

4.17.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Vistoria

4.18. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h30 às 12h00 e das 13h30 às 17h00.

4.19. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.20. A visita para realização de vistoria ao local onde serão executados os serviços, deverá ser previamente agendada, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, conforme contatos a seguir:

4.20.1. Campus Chapecó/SC: Coordenação Administrativa do Campus, de segunda a sexta-feira, das 08h30 às 12h00 e das 13h30 às 17h00, pelo telefone (49) 2049-6412 ou correio eletrônico coord.adm.ch@uffs.edu.br.

4.21. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme Encarte E do Termo de Referência.

4.22. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Levantamento de Mercado

a. Soluções disponíveis no mercado:

| Descrição detalhada da solução | | Valor estimado para 30 meses |
|--------------------------------|---|------------------------------|
| Solução 01 | Vigilância com postos de vigilância armada e desarmada, motorizada e não motorizada. | R\$ 4.060.374,00 |
| Solução 02 | Vigilância híbrida - vigilância com postos de vigilância armada e desarmada, motorizada e não motorizada e fornecimento de sistemas eletrônicos de vigilância, incluindo monitoramento. | R\$ 5.278.370,64 |

5.1. Na UFFS encontram-se ativos os contratos a seguir, que possuem objeto igual ou semelhante da contratação ora requisitada:

- **Contrato nº 21/2019 - Campi Laranjeiras do Sul/PR e Realeza/PR:** prestação dos serviços continuados de vigilância com postos de vigilância orgânica armada e desarmada, motorizada e não motorizada;
- **Contrato nº 33/2019 - Campus Chapecó/SC:** prestação dos serviços continuados de vigilância com postos de vigilância orgânica armada e desarmada, motorizada e não motorizada e fornecimento de sistemas eletrônicos de vigilância com monitoramento. É o contrato vigente atualmente;
- **Contrato nº 28/2020 - Campi Erechim e Passo Fundo/RS:** prestação dos serviços continuados de vigilância com postos de vigilância orgânica armada e desarmada, motorizada e não motorizada e fornecimento de sistemas eletrônicos de vigilância com monitoramento;
- **Contrato nº 07/2023 - Campus Cerro Largo/RS:** prestação dos serviços continuados de vigilância com postos de vigilância orgânica armada e desarmada, motorizada e não motorizada.

5.2. Foi observado também o Termo de Referência nº 22/2023, da UASG 323102-AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - DF, o qual inspirou a metodologia aplicada na contratação da vigilância eletrônica.

5.3. Como justificativa técnica da solução, cita-se análise na PORTARIA Nº 3.233/2012-DG/DPF, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012, que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada e na LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, a qual se tem os seguintes entendimentos:

- as empresas de segurança privada também podem prestar serviços de vigilância eletrônica, incluindo a instalação dos equipamentos necessários;
- é vedada a venda ou aluguel, ou qualquer outra forma de comercialização autônoma de material e equipamentos de segurança sem a prestação de serviço de monitoramento correspondente;
- a utilização o serviço de monitoramento/vigilância eletrônica é instrumento relacionado à vigilância patrimonial.

5.4. Ainda, a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 e suas atualizações, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, afirma que:

"9. É permitida a licitação:

- a) para a contratação de serviços de instalação, manutenção ou aluguel de equipamentos de vigilância eletrônica em conjunto com serviços contínuos de vigilância armada/desarmada ou de monitoramento eletrônico, sendo vedada a comercialização autônoma de equipamentos de segurança eletrônica, sem a prestação do serviço de monitoramento correspondente; e
- b) para a contratação de serviço de brigada de incêndio em conjunto com serviços de vigilância.

9.1. Os serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica são serviços de engenharia, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado."

5.5. Nota-se que o objeto da contratação é a prestação unificada de serviços de vigilância patrimonial e de monitoramento eletrônico, contemplando a instalação, configuração, operação, manutenção e atualização tecnológica de equipamentos eletroeletrônicos, e não de locação desses equipamentos ou de prestação isolada de serviços com uso de equipamentos eletrônicos.

5.6. Os serviços de monitoramento eletrônico são integrados aos da vigilância humana para o aumento da efetividade da vigilância patrimonial e redução de custos operacionais, não tendo como dissociá-los no contexto da operacionalização dos serviços, pois ambos se complementam. Ou seja, aumenta-se a amplitude dos serviços (tem-se uma maior área de atuação da vigilância, possibilitando a rápida identificação de ocorrências e a coordenação de ações preventivas), com a redução do efetivo, quando comparado a um plano de segurança elaborado apenas com uso de pessoas, gerando economia ao erário.

5.7. A integração das atividades, comprovadamente, proporciona a sinergia necessária para tornar a segurança mais eficiente e operacional, não sendo viável fracionar o objeto para avaliação de soluções alternativas de locação ou aquisição de equipamentos.

6. Descrição da solução como um todo

Da solução escolhida:

6.1 Considerando as opções disponíveis no mercado, a solução escolhida e a ser adotada pela UFFS para atendimento da presente necessidade institucional como um todo é a prestação dos serviços continuados de vigilância com dedicação exclusiva de mão de obra, com postos de vigilância armada e desarmada, motorizada e não motorizada e fornecimento de sistemas eletrônicos de vigilância com monitoramento, a serem executados no Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, no Estado de Santa Catarina, uma vez que:

6.1.1. Será exercida dentro dos limites do Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul, por empresa especializada devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica;

6.1.2. Atende aos requisitos de segurança estabelecidos para o Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul, quais sejam: preservar o patrimônio e garantir a integridade dos servidores, dos alunos e do público que se utiliza das instalações da Instituição, além de inibir possíveis ações delituosas nas dependências da UFFS;

6.1.3. Atende aos requisitos elencados no item 4.

6.1.4. Utiliza rotinas e define perfil de mão de obra para os postos de serviço, que possibilitam maior eficiência do efetivo utilizado para o desenvolvimento de ações preventivas, que incluem o uso de equipamentos auxiliares no controle de acesso, a identificação de situações de risco e a redução do tempo de resposta a situações de ameaça ao patrimônio público, servidores e

pessoas nas áreas de atendimento;
 6.1.5. A utilização de níveis adequados de segurança repercutirá no ambiente e no clima organizacional de cada Campus, com reflexos na produtividade dos servidores e melhoria do atendimento prestado à sociedade;
 6.1.6. Não implicará custos com contratação, treinamento e administração de mão de obra;
 6.1.7. Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida;
 6.1.8. Com a metodologia adotada os custos com a infraestrutura necessária para o serviço de vigilância eletrônica e instalação das câmeras serão diluídos e pagos dentro dos 30 (trinta) meses iniciais da vigência contratual, após serão mantidos apenas o pagamento de valores mensais com manutenção. Assim, visando a possibilidade de manter o contrato vigente por até 10 (dez) anos, a longo prazo, a solução se torna vantajosa para a Administração

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades as serem contratadas estão descritas no quadro a seguir:

| Grupo | Item | Cód. Sipac | DESCRIÇÃO | Quantidade de postos / serviços |
|-------|------|---------------|--|---------------------------------|
| 1 | 1 | 3977002100002 | CAMPUS CHAPECÓ – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E MONITORAMENTO POR VÍDEO | 1 |
| | 2 | 3703001000014 | CAMPUS CHAPECÓ – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA | 1 |
| | 3 | 3703001000012 | CAMPUS CHAPECÓ – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA | 4 |
| | 4 | 3703001000013 | CAMPUS CHAPECÓ – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA | 1 |
| | 5 | 3703001000011 | CAMPUS CHAPECÓ – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA | 4 |

7.2. O quantitativo supracitado dos postos de vigilância foi obtido em análise ao contrato vigente, em execução no Campus Chapecó. Para o item de vigilância eletrônica foi observada a extensão territorial do local, a necessidade de segurança eletrônica, bem como a infraestrutura necessária para instalação dos equipamentos da vigilância eletrônica (Encartes F, I, e H do Termo de Referência).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.278.370,64

8.1. O valor total estimado para a contratação do objeto é de **R\$ 5.278.370,64**, considerando vigência de 30 (trinta) meses.

| Grupo | Item | Cód. Sipac | DESCRIÇÃO | Quantidade de postos / | Valor unitário primeiros | Valor unitário do 13º | Valor mensal da contratação | Valor mensal da contratação | Valor da contratação para 30 |
|-------|------|------------|-----------|------------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------------------|
|-------|------|------------|-----------|------------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------------------|

| | | | | <i>serviços</i> | <i>12 meses</i> | <i>ao 30º mês</i> | <i>primeiros 12 meses</i> | <i>do 13º ao 30º mês</i> | <i>meses</i> |
|--------------|---|---------------|--|-----------------|-----------------|-------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------|
| 1 | 1 | 3977002100002 | CAMPUS CHAPECÓ – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E MONITORAMENTO POR VÍDEO | 1 | 46.989,89 | 36.339,89 | 46.989,89 | 36.339,89 | 1.217.996,64 |
| | 2 | 3703001000014 | CAMPUS CHAPECÓ – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA | 1 | 15.068,50 | 15.068,50 | 15.068,50 | 15.068,50 | 452.055,00 |
| | 3 | 3703001000012 | CAMPUS CHAPECÓ – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA | 4 | 14.556,30 | 14.556,30 | 58.225,20 | 58.225,20 | 1.746.756,00 |
| | 4 | 3703001000013 | CAMPUS CHAPECÓ – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA | 1 | 12.820,18 | 12.820,18 | 12.820,18 | 12.820,18 | 384.605,40 |
| | 5 | 3703001000011 | CAMPUS CHAPECÓ – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA | 4 | 12.307,98 | 12.307,98 | 49.231,92 | 49.231,92 | 1.476.957,60 |
| TOTAL | | | | | | | 182.335,69 | 171.685,69 | 5.278.370,64 |

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Os itens do presente estudo deverão ser agrupados. Em função da particularidade deste serviço, onde a empresa ganhadora da licitação tem responsabilidade pelos bens patrimoniais e segurança da instituição não visualizamos outra forma de contratação que não seja em grupo único. Ter empresas diferentes trabalhando com a vigilância torna o processo de gestão e execução do contrato muito mais complexa. Como as empresas de vigilância são autorizadas por estado (licença da Polícia Federal), entende-se que realizar a contratação em grupo não restringe a concorrência podendo qualquer uma das autorizadas no Estado de Santa Catarina, ofertar lances na licitação de acordo com a autorização que possuem. O objeto será licitado por grupo, porém não por item, visando a unicidade e a efetividade dos serviços e da comunicação das informações nas trocas de turno.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações interdependentes e/ou correlatas à solução escolhida que precisem ser contratadas para a completa satisfação da necessidade. A solução escolhida possui todos os itens necessários para a plena satisfação da necessidade da Administração.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2024
- II. Data de publicação no PNCP: 09/02/2024
- III. Identificador da Futura Contratação: 338/2024
- IV - Código do Plano de Ação: PROAD006 - Gestão dos Contratos de Vigilância – Terceirizado.

11.2. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Segurança institucional dos prédios, bens permanentes, de consumo e das pessoas que circulam nas dependências da UFFS.

12.2. Já, **os benefícios vislumbrados com a implantação** de um sistema de CFTV tipo IP se justificam sob dois aspectos:

a) Aspecto da Segurança do Ambiente monitorado:

- Permite visualizar, monitorar e gravar imagens de diversos ambientes simultaneamente;
- Impõe o fator psicológico de dissuasão, pois o agente invasor sabe que está sendo vigiado e suas imagens armazenadas;
- Inibe a ação de invasores, depredadores e pessoas mal intencionadas;
- Facilita o trabalho de pronta resposta (polícia e vigilância particular), fornecendo pormenores do incidente ou violação da segurança que esteja ocorrendo no local monitorado;
- Auxilia no controle de acesso de pessoas e objetos no recinto controlado;
- Fornece acesso controlado às imagens através de redes de longa distância (inclusive por meio da Internet), permitindo observação à distância pelos responsáveis pelo ambiente monitorado;
- Torna mais eficiente o monitoramento e fiscalização dos procedimentos de segurança praticados por funcionários e prestadores de serviços.

b) Aspecto tecnológico da solução pretendida:

- Quanto ao aspecto tecnológico, pretende-se que esteja disponível um Sistema de CFTV IP;
- Processamento Inteligente: Câmeras IP já possuem processamento próprio; funções como detecção de movimento e compressão de vídeo são serviços executados pelas próprias câmeras. Desta forma, o processamento do servidor onde serão armazenadas as imagens não ficará sobrecarregado, permitindo o seu aproveitamento para monitorar um número maior de câmeras;
- Qualidade na imagem: Existem câmeras IP de altíssima resolução. Em conjunto com a tecnologia de scan progressivo, elas conseguem captar imagens de alta qualidade e excelente resolução, superiores às câmeras analógicas;
- Sistema 100% Digital: No sistema de CFTV IP, a câmera capta a imagem, transmite o sinal em forma de dados e no servidor remoto estes dados são armazenados em disco rígido;
- Fácil Expansão: As instalações de sistemas baseados em câmeras IP são facilmente expandidas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A contratação do objeto do presente estudo prevê a necessidade de adequação no ambiente institucional onde será realizado o serviço no Campus Chapecó, tendo em vista a infraestrutura necessária para instalação das câmeras e cancelas planejadas. No entanto este serviço será realizado pela empresa contratada, conforme detalhamento previsto nos encartes técnicos do Termo de Referência e da planilha de custos e formação de preços.

13.2. A contratante deverá designar servidor do quadro efetivo para acompanhar os técnicos da contratada na montagem do sistema de segurança eletrônica que também poderá atuar como gestor/fiscal do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. As normas ambientais estão sendo previstas nesta contratação de forma que não se preveja nenhum impacto ambiental oriundo deste processo.

14.2. A indicação precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para o presente estudo será realizada no Termo de Referência, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU /AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após análise das soluções apresentadas, entende-se que a opção escolhida atende plenamente às necessidades da UFFS e a contratação é viável e vantajosa para a Administração a longo prazo

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANNI KELLEN CUNICO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/07/2024 às 19:33:53.

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/07/2024 às 14:03:33.



F0054 - ENCARTE DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº ENCARTE A - ETP/2024 - SUADM (10.46.03)
(Nº do Documento: 14)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/07/2024 15:58)

ALANA ZAMONER VALMORBIDA

CHEFE

ASSGAS - CH (10.41.14.03)

Matrícula: ###909#6

(Assinado digitalmente em 12/07/2024 20:13)

ALLANN CRYSTYANN WAGNER FANK ANDRADE

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

ASSINFR - CH (10.41.14.05)

Matrícula: ###651#4

(Assinado digitalmente em 12/07/2024 16:14)

ANNI KELLEN CUNICO

SUPERINTENDENTE

SUADM (10.46.03)

Matrícula: ###436#5

(Assinado digitalmente em 12/07/2024 15:59)

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

CHEFE

DGCS (10.46.03.03)

Matrícula: ###436#4

(Assinado digitalmente em 12/07/2024 15:55)

CLADIS JULIANA LUTINSKI

COORDENADOR GERAL

ADM - CH (10.41.14)

Matrícula: ###797#5

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **14**
, ano: **2024**, tipo: **F0054 - ENCARTE DO TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **12/07/2024** e o código de
verificação: **bf735e00a5**